



PREFEITURA MUNICIPAL
CAMPO DO TENENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 264/2024
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024
PROTOCOLO 1232/2024
REGISTRO DE PREÇO

REQUISITANTE:	SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE/PR.
OBJETO:	Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Incluindo o Fornecimento de Peças e de Mão de Obra para os Veículos e Equipamentos Pesados, da Frota da Administração Municipal.
VALOR DA CONTRATAÇÃO:	<u>VALOR TOTAL: R\$ 3.451.670,00 (Três Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Setenta Reais).</u>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR REFERENCIADO NA TABELA DE PREÇOS DE PEÇAS AUDATEX E DAS CONCESSIONARIAS/AUTORIZADAS PARA MÁQUINAS PESADAS, OU DA TABELA DE PREÇOS DE PEÇAS DO DETO/SEAP, SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA A TABELA TEMPÁRIA
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	<u>DAS 14:00 HORAS DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2024 ATÉ AS 08:45 HORAS DO DIA 22 DE AGOSTO DE 2024.</u>
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	<u>ÀS 09:00 HORAS DO DIA 22 DE AGOSTO DE 2024. (HORÁRIO DE BRASÍLIA).</u>
LOCAL:	BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - ACESSO IDENTIFICADO NO LINK: BLLCOMPRAS.ORG.BR .
	EDUARDO DO ROCIO THIMOTEO
EQUIPE DE APOIO:	KELLI TATIANE DE MEDEIROS HOINASKI TARCÍSIO CARLOS PEREIRA
DESIGNADOS PELA DECRETO Nº 061/2023	



Sumário

PREÂMBULO	4
1. Do objeto	4
2. Da participação na licitação	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	8
7. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO	9
8. DOS RECURSOS	12
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	14
11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO	15
12. DO REAJUSTE (ART. 92, V)	15
13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO	16
14. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	16
15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS ..	17
16 - DAS ALTERAÇÕES	17
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17
18. DOS ANEXOS	18
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA	20
ANEXO I. I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	20
ANEXO I. II TERMO DE REFERÊNCIA	22
ANEXO II – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	30
ANEXO III – DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS	31
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA	32
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;	34
ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	35
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	36
ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA RECOMPOSTA	37
ANEXO IX -DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018	38
ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	39
ANEXO XI - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL	50
ADENDO – I -TERMO DE DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA OPERAR O SISTEMA “BLL”	51
ADENDO – II - TERMO DE ADESÃO DE PROMOTOR PRIVADO AO SISTEMA “BLL”	52
ADENDO – III - INDICAÇÃO DE USUÁRIOS DO SISTEMA “BLL”	53
ADENDO – IV - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA “BLL” DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES	54
ADENDO – V - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA “BLL” - (LICITANTE DIRETO) INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA	55



ANEXO XIV- RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS	61
--	----

PREÂMBULO

O Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, torna público que às **09:00 horas do dia 22 de agosto de 2024 (horário de Brasília)**, no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL com acesso identificado no link: (bllcompras.org.br) fará realizar licitação na modalidade de **pregão eletrônico**, do tipo “**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**”, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO**, que obedecerá às disposições da **Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 24/2023**, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. Do objeto

- 1.1 **Registro de preços para contratação registro de preços para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e de mão de obra para os veículos e equipamentos pesados, da frota da administração municipal de campo do tenente/paraná. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**
- 1.2 As quantidades constantes no termo de referência – (**ANEXO I.II**), deste edital poderão não ser adquiridas pelo município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de nota de empenho, de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do município.
- 1.3 A validade dos preços registrados ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato/ata, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.4 O objeto ora licitado foi dividido em lotes, sendo os lances por item, objetivando o aumento do número de participantes, visando atender as peculiaridades da plataforma bllcompras.com, assim como atender os interesses da administração municipal, conforme tabela constante no termo de referência (**ANEXO I.III**) do edital.

2 Da participação na licitação

- 2.1 Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no sistema da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, acesso identificado no link: (bllcompras.org.br).
- 2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no edital até a data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.6.1 O item destinado à ampla concorrência correspondente ao item de valor total superior a R\$ 80.000,00(oitenta mil reais).
- 2.6.2 O item destinado à participação exclusiva de ME, EPP e MEI correspondente ao item de valor total inferior ou igual a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- 2.6.3 As empresas de grande porte somente poderão participar do item destinado a ampla participação. Se porventura cotarem o item destinados à participação exclusiva da ME, EPP ou MEI, serão automaticamente desclassificados, exceto se o item tiver apenas ofertas de empresas de grande porte, o pregoeiro poderá negociar com as empresas participantes.
- 2.6.4 As ME's e EPP's poderão ofertar preços tanto para o item de destinação exclusiva para me e epp, quanto para o item destinado a ampla participação.
- 2.6.5 Não havendo proposta para o item exclusivo de participação das ME'S e EPP'S, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como ME's e EPP's, desde que estas apresentem propostas. Nesse caso as empresas não enquadradas poderão cotar esse item, porém se o item destinado tiver propostas elaboradas pelas empresas enquadradas como ME's e EPP's, as empresas não enquadradas, serão desclassificadas, para o referido item.
- 2.6.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento

como empresa de pequeno porte.

2.6.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.9.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, cujo objeto é perfeitamente pertinente e compatível é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, a licitação apresenta o mínimo exigido no tocante à qualificação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, as quais são suficientes para a execução do contrato dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

2.7.10 Organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7.12 O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.13 A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7.14 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7.15 O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7.16 A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [Artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

III Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

IV Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da lei complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4. A falsidade da declaração de que trata o item 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [lei nº 14.133, de 2021](#), e neste edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca ou fabricante;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações e especificações do termo de referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. E o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo tribunal de contas do estado do paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

4.10.1. Adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso ix, da constituição](#);

4.10.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.9. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL/UNITÁRIO DO ITEM/LOTE OU PERCENTUAL DE DESCONTO de acordo com o modo de julgamento informado no preâmbulo deste edital.**
- 5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%.**
- 5.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.
- 5.14. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 5.15. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 5.16. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.17. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.18. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.18.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 5.19. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.20. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.21. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.22. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.24. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.26. no caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico da bl – bolsa de licitações e leilões.
- 5.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.29. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à receita federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação

com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Arts. 44 e 45 da lei complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto Municipal nº 132, de 2021](#).

5.30. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.31. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.32. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.33. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.34. Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.

5.35. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.35.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.35.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

5.35.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.35.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.36. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.36.1. Empresas estabelecidas no território do estado ou do distrito federal do órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no território do estado em que este se localize;

5.36.2. Empresas brasileiras;

5.36.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

5.36.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.38. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela administração.

5.39. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.40. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.41. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

5.42. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.43. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7. Do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro de restrições ao direito de contratar – Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR, (<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/cadastro-de-restricoes-ao-direito-de-contratarexcercer-cargo-em->

[comissao/229098/area/251](#)).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.3 deste edital.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.1. Contiver vícios insanáveis;

6.10.2. Não obedecer às especificações contidas no termo de referência;

6.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

6.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração. Art. 34 da in - seges/me nº 73/2022.

6.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.12.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.12.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.14. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Que poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.15. O ajuste de que trata o item anterior, se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO

7.1 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1.1 O vencedor do certame terá o prazo de 03 (três) horas, a contar da convocação do agente de contratação/pregoeiro no provedor, para enviar, pelo sistema, a proposta comercial definitiva, devidamente atualizada, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado e os documentos exigidos para habilitação no certame, devendo ser compactados e enviados no formato zip, respeitando a forma e o prazo previsto neste edital.

7.1.2 Os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo vigente na data da convocação do agente de contratação/pregoeiro no provedor, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

7.1.3 Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos disponibilizados por meio diverso que o sistema provedor, na forma prevista neste instrumento.

7.1.4 Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato digital ou digitalizado, este último em formato pdf, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem

7.1.5 O licitante deverá observar o disposto no subitem 4.5, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva e eventuais documentos adicionais, sendo de sua responsabilidade acompanhar os atos praticados pelo agente de contratação/pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados, quando assim exigido. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido, após solicitação do agente de contratação/pregoeiro no

sistema eletrônico.

7.1.6 É facultado ao agente de contratação/pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.1.7 Os originais ou as cópias autenticadas dos documentos remetidos de forma eletrônica poderão ser exigidos pelo agente de contratação/pregoeiro, no caso de existência de quaisquer dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, ocasião em que será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para encaminhamento dos mesmos.

7.1.8 Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do parágrafo anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta sedex, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao agente de contratação/pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

7.2 DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

7.2.1 A proposta comercial definitiva deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo (quanto o edital exigir a apresentação de documentação complementar, está também deverá ser anexada), em moeda corrente do país, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor, devendo constar na mesma:

A) indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

B) prazo de validade da proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

C) indicação da marca, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;

D) comprovar possuir autorização de funcionamento expedido pela agência nacional de vigilância sanitária – anvisa; de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da lei nº 6.360/76.

7.2.2 O valor deverá ser apresentado em moeda nacional, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do produto, com base nas especificações do objeto.

7.2.3 A proposta deverá conter oferta firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.2.4 Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para cada lote.

7.2.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue, sem ônus adicionais.

7.3 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.3.1 A obtenção de benefícios dos Arts. 42 a 49 da lei complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.3.2 As disposições a que se refere o subitem anterior não são aplicadas aos lotes cujos valores estimados forem superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.3.2.1 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual da contratação na aplicação do limite previsto no subitem anterior.

7.3.3 A critério do agente de contratação/pregoeiro, poderá ser exigido do licitante que invocar a condição de microempresa (me), empresa de pequeno porte (EPP), microempendedor individual (MEI), mediante declaração em campo próprio do sistema provedor, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na lei complementar 123/2006 e alterações posteriores, a apresentação de documentação comprobatória de seu enquadramento.

7.3.4 Caso o licitante não atenda à eventual solicitação do agente de contratação/pregoeiro, decairá do direito de usufruir dos benefícios estabelecidos na lei complementar 123/06 e alterações posteriores, mesmo tendo invocado tal condição no sistema provedor.

7.4 DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.4.1 O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificada a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos

“protocolos de entrega ou solicitação de documento” em substituição.

7.4.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (sistema de cadastramento unificado de fornecedores) [\(art. 74, inciso I alínea a do decreto municipal 24/2023\)](#)

7.4.3 **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.4.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

7.4.3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI, na forma da resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br ;

7.4.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.4.3.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.4.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.4.3.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela junta comercial ou pelo registro civil das pessoas jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, [da Instrução Normativa nº 81, de 10/06/2020](#), do departamento nacional de registro empresarial e integração – DREI.

7.4.3.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na junta comercial ou inscrito no registro civil das pessoas jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da lei nº 5.764, de 1971](#);

7.4.3.8 No caso de agricultor familiar: declaração de aptidão ao PRONAF – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo ministério do desenvolvimento agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do decreto n. 7.775, de 2012](#).

7.4.3.9 no caso de produtor rural: matrícula no cadastro específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 \(Arts. 17 a 19 e 165\)](#).

7.4.3.10 os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.4.4 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.4.5 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.4.6 Prova de Regularidade Conjunta, relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e Contribuições Sociais (INSS), expedida pela secretaria da Receita Federal;

7.4.7 Certidão de Tributos Estaduais, expedida pela secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8 Certidão Negativa de Débitos Municipais, do domicílio ou sede do proponente, na forma da lei.

7.4.9 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.4.10 Apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, conforme prevê a [lei federal nº. 12.440, de 07/07/2011](#).

7.5 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

7.5.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, [emitida com antecedência máxima de 90 \(noventa\) dias contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.](#)

7.5.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei [\(art. 63, I, da lei nº 14.133/2021\)](#).

7.5.3 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5.4 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.5.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei

expressamente o exigir.

7.5.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.7 A verificação dos documentos exigidos, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.5.8 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do termo de referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.5.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.5.10 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.5.11 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.5.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.5.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.5.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do decreto nº 8.538/2015](#)).

7.6 PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.6.1 Para qualificação técnica da licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.6.1.1 **Atestado de capacidade técnica**, atestado(s) de fornecimento(s) emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado comprovando a aptidão da licitante para o fornecimento do(s) produto(s) idêntico(s) ou similar(es) aos objetos licitados, devidamente assinado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento; com no mínimo 20% do valor da proposta final. (modelo [ANEXO II](#))

7.6.1.1.1 o atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

7.6.1.1.2 Razão social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;

7.6.1.1.3 Razão social da empresa contratada;

7.6.1.1.4 Número do contrato firmado e sua vigência, se for o caso;

7.6.1.1.5 Objeto do contrato firmado;

7.6.1.1.6 Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronograma pactuado e da execução do objeto;

7.6.1.1.7 Local e data de emissão;

7.6.1.1.8 Identificação do responsável pela emissão do atestado, cargo/função, contato (de telefone e de correio eletrônico);

7.6.1.1.9 Assinatura do responsável pela emissão do atestado;

7.6.1.1.10 **Quando existir dúvida em relação à veracidade do atestado, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como cópias de notas fiscais, recibos, contratos e notas de empenho, devendo ser enviados por e-mail em até 04 (quatro) horas, contadas da solicitação, e enviados os originais ou cópia autenticada, via correio, em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação**

7.7 DAS DECLARAÇÕES

7.7.1 Declaração unificada ([ANEXO IV](#))

7.7.1.1 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da constituição; ([ANEXO IV](#))

7.7.1.2 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da constituição federal; ([ANEXO V](#))

7.7.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas. ([ANEXO VI](#))

7.7.3 De cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – lei n. 13.709/2018 ([ANEXO IX](#))

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema da BLL – bolsa de licitações e leilões.
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa:
 - 9.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 9.1.5 Não celebrar a ata de registro de preços ou o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.6 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
 - 9.1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 9.1.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.8.1 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.8.2 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.8.3 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.8.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8.5 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013](#).
 - 9.1.8.5 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013](#).
 - 9.2 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - 9.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.2.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.2.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 9.2.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 9.2.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 9.2.6 Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.2.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 9.3 Com fulcro na [lei nº 14.133, de 2021](#), a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.3.1 Advertência;
 - 9.3.2 Multa;
 - 9.3.3 Impedimento de licitar e contratar, e;

- 9.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.4** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.4.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 9.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.5** Os danos que dela provierem para a administração pública;
- 9.5.1.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.6** a multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.6.1.** para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.6.2.** para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.7** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.10** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item 9.1.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 9.12** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores efetivos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.14** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da [lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do pregão, observada a hora de abertura do certame, quaisquer interessados poderão solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação que devem ser enviadas, exclusivamente por meio eletrônico via internet, na plataforma da BLL: www.bll.org.br. Manifestações enviadas após o horário final.
- 10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

- 10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 10.7. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.8. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante;
- 10.9. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.10. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.11. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema da plataforma BLL.
- 10.12. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.13. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.14. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.16. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 11.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 11.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- I Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- IV Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V Prática obstrutiva: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja a intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- 11.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- 11.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.

12. DO REAJUSTE (ART. 92, V).

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, Contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da lei 14.133/2021.
- 12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ipca - índice nacional de preços ao consumidor amplo,

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve seus custos, nas seguintes situações:

13.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso ii do caput do art. 124 da lei nº 14.133, de 2021;

13.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da lei nº 14.133, de 2021.

13.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

13.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

14.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

14.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 14.2 e no item 14.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos

valores praticados pelo mercado.

14.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1. For liberado

15.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

15.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado, bem como não aceitar manter seu preço registrado, nas hipóteses previstas nos [Arts. 28 e 29 do Decreto Federal 11.462/23](#);

15.1.4. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração sem justificativa razoável; ou

15.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos iii ou iv do caput do art. 156 da lei nº 14.133, de 2021.

15.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas, conforme disposto nos arts. 28 e 29 do decreto federal 11.462/23:

15.4.1. Por razão de interesse público;

15.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

16 - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da lei nº 14.133, de 2021](#).

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 no caso em que houver diligência solicitada pelo pregoeiro, a licitante terá o prazo de 2 (duas) horas para atender a solicitação, podendo ser prorrogado por igual período desde que solicitado pela licitante e aprovado pelo pregoeiro.

17.2 após a homologação da presente licitação, ser assinada o contrato, conforme previsto no anexo ix. O prazo de vigência do contrato, contado a partir da assinatura, ser de 1 (um) ano, e poder ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os pregões permanecem vantajosos a qual ter efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

17.3 homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preço ou contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sendo aplicadas as sanções previstas no artigo 155 da lei 14133/2023.

17.4 alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ata de registro de preço ou do contrato, a administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (ar) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a

contar da data de seu recebimento. Serão aceitos documentos com assinatura digital do representante legal.

13.5 o prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da ata de registro de preço ou do contrato o contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.6 previamente à contratação a administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o poder público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da instrução normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6.1 nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação

17.6.2 na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.7 na assinatura do contrato ou do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.8 na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

17.9 será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.10 não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

17.11 todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – df.

17.12 a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.13 as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.14 os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração.

17.14 o desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.15 em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

17.16 edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no portal nacional de contratações públicas (pncp), endereço eletrônico www.campodotenente.pr.gov.br e site da bolsa de licitações e leilões.

18.0 DOS ANEXOS

18.1 integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ETP E TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;

ANEXO III - DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA RECOMPOSTA;



ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018
ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
ANEXO X - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES E
LEILÕES DO BRASIL;
ANEXO XI - REGULAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES;
ANEXO XII - CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA.
ANEXO XIII - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS.

Campo do tenente, 07 de agosto de 2024.

Weverton Willian Vizentin
Prefeito Municipal

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

Concluimos que, na forma prevista na lei nº 14.133/2021, os estudos técnicos preliminares devem considerar e descrever todas as alternativas existentes no mercado, capazes de atender a demanda administrativa que motiva a aquisição e, com fundamento em análise valorativa comparativa, apontar qual é a melhor opção sob o ponto de vista técnico e econômico para solucionar o problema.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: atender a demanda de serviços de manutenção e conservação dos veículos, tendo em vista que a frota municipal está aumentando, bem como se renovando, e necessita de manutenção periódica para poder transitar e prestar seus serviços com segurança.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: efetuar manutenção periodicamente e sempre que necessário.

Oferecer meios de sustentação, através de uma equipe pronta para o atendimento.

Promover segurança aos trabalhadores que estão a frente destes veículos, bem como aos passageiros.

A prevenção de acidentes começa na manutenção dos veículos, não sendo admissível qualquer ocorrência motivada por descuido ou descaso dos órgãos responsáveis.

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os preços serão praticados de acordo com a tabela de valores padronizados AUDATEX, e de acordo com a tabela da autorizada, (fornecedora de peças de máquinas pesadas), a qual deverá apresentar pelo menos um orçamento ao fornecer a peça. E os serviços serão aplicados de acordo com a tabela TEMPÁRIA.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Manter a frota municipal em bom estado para que seja seguro o seu uso na prestação de serviços municipais. Sejam ambulâncias, ônibus escolares ou veículos pesados, todos devem estar com sua manutenção em dia, pois carregam consigo o bem mais precioso de todos, que são as vidas humanas.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas, são calculadas de acordo com as últimas licitações vigentes tendo como base os 12 meses do contrato.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Base de dados das tabelas das autorizadas em peças e serviços.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Os serviços não serão de caráter divisível, sendo requisitado conforme a necessidade.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há.

9 – ALINHAMENTO COM PAC

Conforme determinação da lei 14.133/21 art.176, parágrafo único, municípios com até 20.000 habitantes não são obrigados a publicação do PAC até 2026.

Art. 176. Os municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta lei, para cumprimento:
I-dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta lei;



- II - Da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta lei;
- III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

espera-se com esta contratação, prevenir e corrigir eventuais danos nos veículos públicos, evitando assim, maiores infortúnios oriundos de uma má conservação.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

(art. 7º, inciso xi da in 40/2020 e inciso x do § 1º do art. 18 do pl 4253/2020)

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Todos os serviços são feitos de acordo com as políticas nacionais de preservação do meio ambiente.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Por todos os pré-requisitos descritos acima, tal contratação se mostra viável e de interesse público, uma vez que os serviços prestados com os veículos não podem parar.

Campo do tenente, 10 de julho de 2024.

ANEXO I. II TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 242/2024

**ÁREA REQUISITANTE: SECRETÁRIA DE OBRAS RODOVIÁRIO E INFRAESTRUTURA,
RESPONSÁVEIS PELA ÁREA REQUISITANTE: ÉVERSON JÚNIOR DA SILVA DE ÁVILA**

Secretaria requisitante	Secretária Municipal de Obras Rodoviário e Infraestrutura
Responsável pela demanda	Éverson Júnior da Silva de Ávila
Matrícula	15061
E-mail	obras@campodotenente.pr.gov.br
Telefone	(41) 3628-1447

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição contratação de empresa Prestadora de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o Fornecimento de Peças e de Mão de Obra para os Veículos e Equipamentos Pesados, da Frota da Administração Municipal. de Campo do Tenente. Conforme, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DO DETALHAMENTO E DAS CONDIÇÕES GERAIS (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021)

2.1. Do detalhamento das especificações e quantidades

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	16216	Peças e acessórios de reposição similares a original - para veículos, linha pesada, máquinas e equipamentos (marcas diversas) - parte elétrica	1,00	UN	80.000,00	80.000,00
2	25402	Serviços / Mão de obra para veículos, linha pesada, máquinas e equipamentos (marcas diversas) - manutenção elétrica	1.000,00	HR	203,33	203.330,00
TOTAL						283.330,00
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	16226	Peças e acessórios de reposição similares a original para veículos, linha leve (marcas diversas) - manutenção elétrica	1,00	UN	100.000,00	100.000,00
2	16227	Serviços/ mão de obra, veículos linha leve - manutenção elétrica	1.000,00	HR	155,00	155.000,00
TOTAL						255.000,00
Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	16627	Peças e acessórios de reposição similares a original para caminhões (marcas diversas) - parte mecânica	1,00	UN	200.000,00	200.000,00
2	25400	Serviços / Mão de obra para caminhões - manutenção mecânica	1.000,00	HR	200,00	200.000,00
TOTAL						400.000,00
Lote: 4 - Lote 004						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total

1	25659	Peças e acessórios de reposição similares a original para veículos - (marcas diversas) - linha média/utilitários - manutenção mecânica.	1,00	UN	150.000,00	150.000,00
2	25660	Serviços / Mão de obra, veículos linha média/utilitários - manutenção mecânica	1.000,00	HR	161,67	161.670,00
TOTAL						311.670,00
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	16220	Peças e acessórios de reposição similares a original para veículos, linha pesada, máquinas e equipamentos (marcas diversas) - parte mecânica.	1,00	UN	200.000,00	200.000,00
2	25403	Serviços / Mão de obra para veículos, linha pesada, máquinas e equipamentos (marcas diversas) - manutenção mecânica	1.000,00	HR	200,00	200.000,00
TOTAL						400.000,00
Lote: 6 - Lote 006						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	16224	Peças e acessórios de reposição similares a original para veículos, linha leve (marcas diversas) - manutenção mecânica	1,00	UN	200.000,00	200.000,00
2	16225	Serviços / mão de obra - veículos linha leve - diversas marcas manutenção mecânica	1.000,00	HR	156,67	156.670,00
TOTAL						356.670,00
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	16624	Peças e acessórios de reposição similares a original para ônibus (marcas diversas) - Parte mecânica	1,00	UN	200.000,00	200.000,00
2	25398	Serviços / Mão de obra para ônibus - manutenção mecânica	1.000,00	HR	180,00	180.000,00
TOTAL						380.000,00
Lote: 8 - Lote 008						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	23989	Peças e acessórios de reposição similares a original para caminhões (marcas diversas) - manutenção elétrica	1,00	UN	200.000,00	200.000,00
2	25401	Serviços / Mão de obra para caminhões (marcas diversas) - manutenção elétrica	1.000,00	HR	176,67	176.670,00
TOTAL						376.670,00
Lote: 9 - Lote 009						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	23992	Peças e acessórios de reposição similares a original para ônibus (marcas diversas) - manutenção elétrica	1,00	UN	200.000,00	200.000,00
2	25399	Serviços / Mão de Obra para ônibus (diversas marcas) - manutenção elétrica	1.000,00	HR	180,00	180.000,00
TOTAL						380.000,00
Lote: 10 - Lote 010						

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	25661	Pecas e acessórios de reposição similares a original para veículos (marcas diversas) - linha média/utilitários - manutenção elétrica	1,00	UN	150.000,00	150.000,00
2	25662	Serviços / Mão de obra, veículos linha média/utilitários - manutenção elétrica	1.000,00	HR	158,33	158.330,00
TOTAL						308.330,00

VALOR TOTAL: R\$ 3.451.670,00 (Três Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Setenta Reais).

2.2 - Valor máximo dos lotes: 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil).

2.3 - **A modalidade a ser aplicada nesta contratação é pregão, como registro de preços para futura e eventual contratação, sem a definição precisa de quantitativos.**

2.4 o critério de julgamento adotado será maior desconto por lote.

2.5 após o recebimento da ordem de serviço, os serviços devem ser iniciados imediatamente, conforme especificações constantes na mesma;

2.6 servidores responsável pela contratação dos serviços: Éverson J. S. de Ávila.

2.7 o contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da lei nº 14.133/2021.

2.8 para o atendimento das máquinas pesadas, caminhões e equipamentos agrícolas, a empresa vencedora do presente certame deverá dispor de uma estrutura mínima para atendimento da frota municipal sendo:

A) área coberta de no mínimo 300m² (trezentos metros quadrados), contando oficina e administração, aptas para atendimento administrativo e operacional;

B) mínimo de 01 (um) veículo para atendimento em campo;

C) mínimo de 01 (um) mecânico especializado e treinados, (01 um) ajudante, 01(um) soldador, 01(um) supervisor, com ferramental e equipamentos apropriados para atendimento na oficina e em campo, anexar comprovantes;

D) ferramental completo para reparos em transmissão, motores diesel, sistema hidráulico, sistema de ar, sistema de arrefecimento, sistema eletrônico, sistema elétrico, lataria e pintura;

E) declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico, pela execução total do objeto. Não será permitido ser técnico responsável por mais de uma proponente.

F) comprovação da capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de certidão de acervo técnico, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica, que demonstre a anotação de responsabilidade técnica – ART, relativo à execução dos serviços de características semelhantes ao objeto relacionados.

G) para o atendimento dos veículos de porte pequeno a médio, a empresa vencedora do presente certame deverá dispor de uma estrutura mínima para atendimento da frota municipal sendo:

H) área coberta de no mínimo 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), contando oficina e administração, aptas para atendimento administrativo e operacional.

I) mínimo de 01 (um) veículo para atendimento em campo.

J) de um mecânico especializado e treinado, um ajudante, e possuir o ferramental necessário para estar de acordo com suas especializações, seja em mecânica, elétrica ou outros.

K) declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico, pela execução total do objeto. Não será permitido ser técnico responsável por mais de uma proponente.

2.9 a empresa vencedora deverá dispor de instalações para o atendimento à execução dos serviços, situados no município de campo do tenente, em área compreendida registrada, bem como a agilidade no atendimento.

A) a empresa vencedora deverá prestar os serviços objeto deste instrumento em suas próprias instalações ou fornecer todos meios para que os serviços sejam realizados em suas dependências, sem custos ao município. Seja com uso de prancha, guincho ou outros.

B) eventualmente e devidamente justificado, alguns serviços poderão ser terceirizados após aprovação do departamento de obras, rodoviário e infraestrutura, e pelo gestor do contrato.

C) todos os serviços deverão ser baseados pela tabela TEMPÁRIA que tem como finalidade buscar uma remuneração justa pelos serviços prestados, podendo servir como guia de referência para o segmento. Objetivando auxiliar o mercado reparador a ter um parâmetro para evitar distorções abusivas ou deficitárias nos orçamentos elaborados.

3- DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DO PEDIDO

3.1 a secretaria solicitante tem por objetivo, efetuar as manutenções preventivas e corretivas dos veículos da frota municipal, de maneira integrada onde os serviços e as peças sejam ofertados no mesmo local, visando a completa execução das atividades solicitadas. Assim sendo optou pela forma de lotes conjuntos, onde o vencedor ficará responsável pela manutenção e pelo fornecimento das peças. Sem reservar cotas à ME, EPP, e Pequenas Empresas, porém não impedindo a sua participação.

com isso, estima-se que a prefeitura ganhe em termos de qualidade dos serviços prestados, agilidade na entrega, e economia na geração de processos e atividades envolvidas.

4 – DO VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O CONTRATO

4.1 o valor global máximo estimado para a contratação das peças é 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil), e o valor global estimado para a contratação dos serviços é de 1.771.670,00 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta reais).

Tendo como valor-base o vigente na tabela de preços de peças AUDATEX e das concessionárias/autorizadas para máquinas pesadas, ou da tabela de preços de peças do DETO/SEAP.

5 – DA PREVISÃO DE RECURSOS

5.1 - A presente despesa correrá de acordo com as dotações orçamentárias anexadas.

6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

6.1 – Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

6.2 – Não poderá participar empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do distrito federal.

6.3 – Não poderá participar empresa em falência ou concordata, que se encontrar em processo recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução e liquidação.

6.7 – Não poderão participar empresas cujo contrato social não seja compatível com o objeto deste processo licitatório.

6.8 – Não poderão participar empresas, cuja infraestrutura não atenda ao estabelecido no presente termo.

6.9 – Não poderão participar empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - **As licitantes deverão indicar na proposta o percentual de desconto linear a ser concedido para o fornecimento de peças durante a execução dos serviços, considerando como valor-base o vigente na tabela de preços das concessionárias para veículos pesados, ou da tabela de preços de peças do DETO/SEAP, conforme o edital.**

7.2 - Nos casos em que as peças a serem aplicadas nos equipamentos não constarem na respectiva tabela de preços de peças das concessionárias para veículos pesados **ou da tabela de preços de peças do DETO/SEAP, em conjunto com o órgão solicitante**, os valores de referência serão praticados através da média de preços do mercado, obtidos através de três orçamentos, onde prevalecerá o valor mais baixo dos três. Sendo de responsabilidade da contratada fornecer nestes termos, sem custos extras ao município.

7.3 - **As licitantes deverão indicar para os serviços de mão-de-obra um desconto único sobre o preço máximo fixado, com base em 01(uma) hora de serviços.**

7.4 - A cobrança será na forma do tempo destinado para cada um dos serviços requisitados, cujo parâmetro será o vigente na **tabela TEMPÁRIA** utilizada pela marca.

7.5 - As licitantes deverão dar plena e total garantia dos serviços de mão-de-obra prestados contra qualquer problema, pelo período de 06 (seis) meses.

7.6 as peças de reposição terão garantia pelo período 90 (noventa) dias.

7.7 nos eventuais fornecimentos pela contratante de itens componentes ou conjuntos já utilizados, será acertado, prévia e formalmente, de comum acordo entre as partes envolvidas, uma eventual alteração no prazo ou abrangência da garantia.

7.8 será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender a alguma exigência deste termo e do edital, apresentar declaração ou documentação que não preencham os requisitos legais.

7.9 constatado o atendimento pleno às exigências do edital, será a licitante declarante arrematante do lote em que participou, sendo-lhe adjudicado o objeto da presente licitação, obedecendo-se o valor máximo em reais de respectivo lote arrematado.

7.9.1 se a oferta 65[5685 não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro

examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

8 DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS FUTUROS CONTRATOS

8.1 a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada nas formas da lei 14.133.

8.2 a vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto lícitado e a vigência do crédito orçamentário.

9 DA CONTRATAÇÃO

9.1 convocação para assinatura do contrato e/ou retirada da autorização de fornecimento:

9.2 concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(o) convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o contrato e/ou retirar a autorização de fornecimento;

9.3 na oportunidade de assinatura do contrato a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: prova de regularidade para com a fazenda federal, prova de regularidade para com a dívida ativa da união, prova de regularidade fiscal para com a fazenda estadual, prova de regularidade fiscal para com a fazenda municipal, do domicílio ou sede da licitante, prova de regularidade relativa à seguridade social -INSS e prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço – fgts.

9.4 se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato e/ou a retirar a autorização de fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço;

9.5 se a licitante vencedora se recusar a assinar o contrato e/ou retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela contratante ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito de vencedora, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste no edital.

10 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

10.1 - O prazo de vigência contratual será de até 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério do município, de acordo com o fixado na lei nº 14.133.

10.2 – A entrega das peças deverá ocorrer em no máximo 3 dias após solicitação do município.

10.3 – Os serviços deverão ter início assim que liberada a ordem de serviço, e o prazo de execução dos serviços deverá ser conforme tempo padrão do fornecedor podendo usar como base a tabela TEMPÁRIA.

11 - da gestão e fiscalização do contrato

11.1 a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([lei nº14.133, de 2021, art 117, caput.](#))

11.2 será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as concorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3 a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de problemas técnicos ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos.

11.4 o representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. OS AGENTES PÚBLICOS DESIGNADOS PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO, SERÃO:

I – GESTOR – ÉVERSON JÚNIOR DA SILVA DE ÁVILA.

II – FISCAL – VALDIR MAZUR.

13 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 as despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pelas dotações orçamentárias anexadas a este

termo.

14 DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

14.1 o município exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, sendo supervisionado por um mecânico da unidade de manutenção de equipamentos e veículos da secretaria de obras, rodoviário e infraestrutura, o que em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades fixadas pelo código civil.

14.2 a fiscalização do município transmitirá por escrito às instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer dos serviços.

15 DO PAGAMENTO

15.1 o pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, respectivo empenho e requisição, acompanhado da liberação da secretaria requisitante, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fornecimento das peças e/ou a execução dos serviços e apresentação da nota fiscal na unidade da contabilidade geral.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 os serviços de mão de obra corretiva ou preventiva deverão ser executados nas instalações da contratada, **observando-se o item 2.6**, após o recebimento da ordem de serviço expedida pelo município, que deverá autorizar previamente à realização do serviço, cabendo a contratada a obrigação de devolver o veículo/equipamento/máquina em perfeitas condições de funcionamento, realizando tais serviços com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados, observando-se as seguintes condições:

A) executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações do contratante, conforme documentos integrantes do contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e ordens de serviços e fornecimento pelo município, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços.

B) realizar conforme a orientação do fabricante os serviços de inspeção de qualidade das peças a serem fornecidas e nos serviços a serem executados.

C) a contratada deverá dar plena e total garantia dos serviços e peças fornecidas contra qualquer problema eventual, de no mínimo 06 (seis) meses, excluindo-se sabotagem, má operação ou acidente;

D) em caso de não atendimento aos pré requisitos, e não cumprimento das exigências impostas neste termo ou no edital, ou em situação em que o município se sinta lesado, serão aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme amparo da lei 14.133/21, artigos; 155 e 156.

16.2 a contratada deverá reparar corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por conta e risco da contratada, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo município, decorrente de culpa da contratada, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios, ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos por este município, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

16.3 **fornecer todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do contrato, tais como catálogo de peças e manuais de serviços, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.**

16.4 responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos direto ou indiretamente, a este município, ou à livre iniciativa, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do contrato.

16.5 responsabilizar-se integralmente pelos equipamentos recebidos, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade à terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para manutenção até a entrega do bem ao município.

16.6 somente utilizar peças originais na manutenção ou fornecimento de peças, com exceção do fornecimento peças genuínas ou similares, que sua utilização/fornecimento deverá ser autorizado pelo município, não podendo a contratada valer-se, em nenhuma hipótese, de itens recondicionados, excetuando-se nos casos de máquinas/equipamentos/implementos fora de linha de fabricação de peças novas.

16.7 os veículos/máquinas/equipamentos/implementos/ônibus e caminhões deverão ficar em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, visto tratar-se de equipamentos oficiais,

deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

16.8 empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

16.9 manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o município.

16.10 prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações obriga-se prontamente a atender.

16.11 responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias, inclusive os equipamentos e acessórios, causadas por seus empregados, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade ao município, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o artigo 119, da lei nº. 14.133.

16.12 manter durante a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

16.13 a fiscalização da execução dos serviços e fornecimento ficará sob a responsabilidade da coordenação de manutenção, setor de obras, rodoviário e infraestrutura e da secretaria de administração, e o não atendimento de quaisquer das obrigações implicará em advertência que, caso não atendido a contento, poderão implicar na rescisão do contrato.

16.14 fornecer a relação de peças e seus respectivos códigos, que serão verificados pela autoridade competente do município e ou fiscal do contrato.

16.15 as peças retiradas dos equipamentos deverão ficar disponíveis à conferência pela autoridade competente do município e ou fiscal do contrato.

16.16- o ônus do transporte dos veículos e equipamentos pesados, ônibus e caminhões até a unidade de serviços da contratada será de responsabilidade do município somente no caso da mesma localizar-se no perímetro do município de campo do tenente, caso contrário será integralmente por conta da contratada.

17 GARANTIA DOS SERVIÇOS/PEÇAS

17.1 a contratada deverá oferecer garantia mínima de 06 (seis) meses para serviços executados e peças fornecidas, sendo que:

17.2 ocorrendo defeito durante o período de garantia, a contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação, providenciar os reparos, sem qualquer ônus para o município.

17.3 nesse caso a contratada deverá ser responsável pelo transporte das máquinas/equipamentos e demais veículos da frota, para serem reparados, até sua unidade de serviços, sem qualquer ônus para o município.

17.4 após os reparos e na ocasião da devolução dos veículos, equipamentos/máquinas, ônibus e caminhões a contratada deverá fornecer certificado de garantia, através de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na nota fiscal.

17.5 deverá estar incluída na garantia, sem ônus, a substituição de partes defeituosas, exceto quando o defeito for provocado por uso inadequado, devidamente comprovado.

17.6 além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições de garantia as disposições do código civil e do código de defesa do consumidor.

18 DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 uma vez homologado o resultado da licitação pelo prefeito municipal de campo do tenente, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para providenciar a assinatura do contrato.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 os pedidos de informações e de outros elementos que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do presente termo deverão ser protocolados no protocolo eletrônico da secretaria de obras, rodoviário e infraestrutura, ou de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, no setor de licitações e contratos. Situado na Avenida Miguel Komarchewski, 900, centro de Campo do Tenente -PR. Tel: (41) 3628-1795.

19.2 as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 a secretaria de administração poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.4 o presente termo e seus anexos poderão ser alterados, pela administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.



20 – IDENTIFICAÇÕES;

Rubia Juliana Thibes de Campos

Responsável Pela Elaboração Do Termo De Referência

Henrique Karl Urban

Responsável Pelas Cotações De Preços

Éverson Júnior da Silva de Ávila

Secretário Obras Rodoviário E Infraestrutura

Campo Do Tenente, 10 De Julho De 2024.



ANEXO II – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Logo e timbrado da empresa que está emitindo o documento

Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

A empresa _____, inscrita no cnpj sob nº _____, situada _____ (endereço completo), telefone, e-mail, neste ato representado por seu _____ sr (a) _____, portador (a) do documento de identidade nº _____ e cpf nº _____, atesta para os devidos fins que a empresa _____ (empresa requerente), inscrita no cnpj sob nº _____, situada _____ (endereço completo), forneceu os materiais ou prestou os serviços abaixo discriminados, em plenas condições de uso, no prazo de entrega estabelecido.

Serviços prestados e/ou materiais fornecidos: **(descrever abaixo)**

Atestamos que tais fornecimentos de produtos/materiais fornecidos e/ou prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e data

Assinatura do representante legal

Obs.*: se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá ser emitido preferencialmente em papel timbrado do emitente e deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.

A cópia do atestado deve ser autenticada em cartório, ou ser apresentado original para autenticação por servidor do setor de licitação desta prefeitura.

Nesse atestado deve-se comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis em características, quantidades e prazos de acordo com o objeto social da empresa.
Esse atestado não pode ser fornecido por pessoa física.

*ao emitir o atestado, retirar as observações.



ANEXO III – DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

A

Prefeitura Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Pregão Eletrônico nº xx/2024

Pelo presente instrumento, a empresa _____,
inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na rua _____ – bairro _ -
cidade ____
através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

Declaramos estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data.

Nome da empresa representante legal



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Município de Campo do Tenente/Pr
Pregão Eletrônico Nº xx/2024

(nome da empresa), CNPJ nº (xxxxxxxxxx), sediada (endereço completo), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do presente processo licitatório, instaurado por este município, que:

1. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional empregados menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em observância ao inciso xxxiii, do art. 7º da constituição federal.
2. Declaramos que esta empresa cumpre, nos termos da lei 14133/2021, plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do pregão, na forma eletrônica de nº _____, se responsabilizando por quaisquer vícios ou imperfeições relativas à documentação apresentada que está em conformidade ao edital supracitado.
3. Declaramos, para os fins de direito, sob as formas da lei, na qualidade de proponente do processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica nº ____/_____, instaurado por este município, que não possuímos em nosso corpo social, nem em nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão da administração municipal direta ou indireta.
4. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de proponente do processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica nº ____/_____, instaurado por este município, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o poder público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei.
5. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de proponente do processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica nº ____/_____, instaurado por este município, que até a presente data inexistem quaisquer fatos supervenientes e impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, sob as penas da lei.
6. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de proponente do processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica nº ____/_____, instaurado por este município, que tomou conhecimento do teor do edital, de todas as condições para participação nesta licitação, se compromete a cumprir todos os termos do edital e a fornecer material de qualidade, sob as penas da lei.
7. Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
8. Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
9. Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;
10. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) sr. (a) _____, portador(a) do RG sob nº _____ E CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc.), responsável pela assinatura do contrato.
11. Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
 - a. E-mail ()
 - b. Telefone: ()



12. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao sistema de protocolo deste município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos

13. Nomeamos e constituímos o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao pregão eletrônico n.º ---- e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus anexos e no contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[local], data .

nome/cargo/assinatura do responsável legal]

[nome da empresa] [cnpj]

Este documento poderá ser assinado digitalmente pelo responsável da empresa



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;

A

Prefeitura Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Pregão eletrônico nº **xx/2024**

Pelo presente instrumento, a empresa _____,

Inscrita no cnpj sob nº____, com sede na rua _____,

- bairro ____ -

Cidade ____ através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

Declaramos de que não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme observando o disposto nos [incisos iii e iv do art. 1º](#) e [no inciso iii do art. 5º da constituição federal](#).

A veracidade do conteúdo da presente declaração é dada com plena ciência das implicações civis e criminais decorrentes do que ora se afirma.

Local e data.

Nome da empresa representante legal



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A

Prefeitura Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Pregão eletrônico nº xx/2024

Pelo presente instrumento, a empresa _____,

Inscrita no cnpj sob nº _____, com sede na rua _____ - bairro _____ -

Cidade _____ através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas na [lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#) e em outras normas específicas.

A veracidade do conteúdo da presente declaração é dada com plena ciência das implicações civis e criminais decorrentes do que ora se afirma.

Local e data

Nome da empresa

Representante legal



ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná.
Pregão Eletrônico nº xx/2024

Pelo presente instrumento, a empresa _____,
Inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na rua _____ - bairro
_____ - cidade _____ através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

I- declaramos para os fins do pregão eletrônico nº xx/2024 que estamos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da lei complementar nº 123/2006, eis que atende na totalidade às condições previstas no artigo 3º e respectivos incisos da mesma lei, bem como não possui nenhuma das restrições de que trata o artigo 4º do mesmo diploma ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da lei nº 11.488 de 2007, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 43 da lei complementar federal nº 123/2006;

II - que no ano-calendário de realização deste pregão, os valores somados dos contratos celebrados com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da lei nº 14.133/2021 .

Caso algum dos documentos fiscais apresente restrições quanto a sua regularidade, a empresa ora signatária se prontifica a efetuar o saneamento da(s) irregularidade(s) contida(s), caso seja declarada a licitante vencedora nos termos prescritos no edital, sob pena de serem aplicadas as sanções administrativas preconizadas no edital.

A veracidade do conteúdo da presente declaração é dada com plena ciência das implicações civis e criminais decorrentes do que ora se afirma.

Loca e data.

Nome da empresa representante legal



ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA RECOMPOSTA

Razão social:			
Cnpj:			
Endereço completo:			
Telefone:		Celular:	
E-mail:			
Nome e cargo (responsável pela assinatura do contrato):			
Rg:		Cpf:	
Telefone:		E-mail:	

Pela presente proposta comercial relativa à licitação, modalidade pregão eletrônico nº 0xx/2024, cujo objeto é o _____ do município de campo do tenente, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência ([anexo i.ii](#)), que integra o edital, conforme segue:

Grupo xx:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (r\$)	Valor Total (r\$)
Xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Xx	Xxxxx	X,xx	X,xx

- a) Valor total: r\$ __ (_____ reais);
- a) Prazo de vigência: 12 (doze) meses;
- b) Prazo de execução: conforme edital;
- c) A presente proposta tem o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da licitação;
- d) As condições de pagamento são as constantes do edital do pregão eletrônico nº XX/2024.

Local e data.

Nome da empresa
Representante legal



ANEXO IX -DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

Ao
Município de Campo do Tenente/PR
Pregão Eletrônico nº ____/2024

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na lei n.º 13.709/2018 – lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), o contratante, para a execução do serviço / objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da licitante/contratada, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, ART (anotação de responsabilidade técnica), RRT (registro de responsabilidade técnica), CAT (certidão de acervo técnico) e TRT (termo de responsabilidade técnica).
5. A licitante/contratada, declara que tem ciência da existência da lei geral de proteção de dados (lgpd) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo contratante.
6. A licitante/contratada, fica obrigada a comunicar ao contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o contratante, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Local e data

Representante legal ou procurador da licitante
(nome e assinatura)

ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 264/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

Ata de registro de preços nº/....., que fazem entre si o município de campo do tenente – PR, por intermédio da secretaria municipal de _____

O Município de Campo do Tenente, com sede na Avenida Miguel Komarchewski - centro, na cidade de campo do Tenente/Estado Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.002.658/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Weverton Willian Vizentin, portador da cédula de Identidade com RG sob o nº 7.694.521-7/PR e do Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o nº 028.572.059-70, residente e domiciliado neste Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, doravante, denominado órgão (s) GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, e o(a) empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designada DETENTORA da Ata de Registro de Preços, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa “ou” procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no processo nº e em observância às disposições da [lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar a presente ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0xx/2024, mediante as condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e de mão de obra para os veículos e equipamentos pesados, da frota da administração municipal., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no termo de referência ([anexo I.I](#)) do edital.

Item	Especificação	Codigo	Unid.	Quant.	Valor unitário (r\$)	Valor total (r\$)
01	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Xxxxxx	Xx	Xxxxxx	X,xx	X,xx

- 1.2. O valor total é de: r\$ (____).
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O termo de referência;
- 1.3.2. O edital da licitação;
- 1.3.3. A proposta do contratado;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência ([anexo I.II](#)), do edital.
- 2.2. Para a utilização do contrato, a secretaria requisitante, deverá requisitar a contratada, os produtos/serviços registrados mediante a elaboração da nota de empenho, convocando-o para a sua aceitação, indicando local e quantidade a ser fornecido.
- 2.3. A secretaria solicita imediatamente os produtos descritos, mediante emissão de ordem de compra ou nota de empenho. Os produtos a serem entregues deverão estar em conformidade com o que foi solicitado na ordem de compra ou na nota de empenho e deverão ser executados na **secretaria de obras rodoviário e infraestrutura, anexo a prefeitura municipal, na avenida miguel komarchewski, nº 900, centro, campo do tenente – pr, cep 83870-000, nos seguintes horários: 8:30 às 16:30 horas.**
- 2.4. **Servidor responsável pelo recebimento: éverson j.s. de ávila..**
- 2.5. **O prazo para entrega do produto será**
- 2.5.1. **A entrega das peças deverá ocorrer em no máximo 3 dias após solicitação do município.**
- 2.5.2. **Os serviços deverão ter início assim que liberada a ordem de serviço, e o prazo de execução dos serviços deverá ser conforme tempo padrão do fornecedor podendo usar como base a tabela tempária.**
- 2.6. **Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 01 um dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com**

as especificações constantes neste termo de referência e na proposta.

2.7. A mão de obra necessária para entrega, bem como veículo e despesas com entrega são de responsabilidade do fornecedor e devem ser qualificados para tal finalidade.

2.8. **As quantidades serão descritas nas ordens de compra/serviços de acordo com as necessidades da secretaria requisitante.**

2.9. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, no caso de ser constatado qualquer avaria ou discordância com a autorização de compra/nota de empenho ou quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01(um) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.10. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.10.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

2.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

2.15. As partes assumem que são expressamente contrárias à práticas de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do contratante e da contratada.

2.16. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela secretaria solicitante.

2.17. **A entrega dos produtos deverá ser feita no local indicado no contrato ou na ordem de compra, acompanhada das notas fiscais/faturas e dos certificados de regularidades fiscal e trabalhista, no prazo estipulado neste edital, no contrato e nas quantidades constantes da ordem de compra, respeitando as especificações dos produtos/serviços constantes no contrato**

2.18. A empresa adjudicatária responsabilizar-se-á pela qualidade do produto cotado e entregue, no caso de não atendimento ao solicitado.

2.19. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

2.20. O produto cotado deverá obedecer às normas padrões da ABNT ou ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o código de defesa do consumidor;

2.21. Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato.

2.22. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

2.23. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar os produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

2.24. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de problemas técnicos ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos.

2.25. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

2.26. As marcas dos produtos cotados não deverão ser substituídas no decorrer do contrato, salvo a pedido da fiscalização técnica do contrato ou se houver extrema necessidade, através de solicitação e aprovação prévia ao departamento da secretaria responsável, com justificativas plausíveis e devidamente documentadas, sendo que os

produtos deverão ser de qualidades equivalentes;

2.27. Os produtos somente serão considerados recebidos após as conferências de praxe e aprovação da coordenação das secretarias e com aprovação do fiscal de contrato.

2.28. Caberá à contratada encaminhar cópia dos recibos de entrega assinadas pelos recebedores das unidades acompanhado de notas fiscais para o fiscal de contrato, o qual fará a verificação destes documentos de acordo com a solicitação realizada, e caso estiver tudo de acordo, encaminhará a mesma para o setor de empenho para o trâmite de pagamento.

2.29. Caberá à contratada as despesas decorrentes de entregas, seguros, mão de obra, etc., e também a obrigação de responder nas esferas civil, criminal e trabalhista por todas as ações e omissões na execução do objeto.

2.30. Caberá a contratada responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, direta ou indireta, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS DE EXECUÇÃO:

3.1 **As quantidades serão descritas nas ordens de serviços de acordo com as necessidades da secretaria requisitante, mediante ordem de serviço/requisição de serviço e a respectiva nota de empenho, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.**

3.2 **A entrega da peça ou o início da execução dos serviços de manutenção deverá ocorrer em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do município.**

3.3 **Na hipótese de rejeição, por entrega dos produtos em desacordo com as especificações, no caso de ser constatado qualquer avaria ou discordância com a autorização de compra/nota de empenho, não será descarregada na comunidade e a detentora deverá repor o produto em até 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.**

3.4 **A mão de obra necessária para entrega, bem como veículo e despesas com entrega são de responsabilidade do fornecedor e devem ser qualificados para tal finalidade. O veículo deve ser inspecionado pela vigilância sanitária e apresentar o laudo sempre que requisitado.**

3.5 **As quantidades serão descritas nas ordens de compra/serviços de acordo com as necessidades da secretaria requisitante.**

3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.8 A secretaria requisitante reserva-se o direito de recusar todo e qualquer produto que não atenda às especificações constantes neste edital e na legislação pertinente:

3.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a detentora/contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese e, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.10 no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.11 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

3.12 considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, nos termos a seguir:

A. A contratada obriga-se a entregar os produtos indicados consoantes com as especificações contidas neste termo de referência;

B. A contratada é obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução dos produtos entregues.

C. São de responsabilidade da contratada todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como sua inadimplência não transfere ao contratante a sua responsabilidade por pagamento, não possibilitando onerar o objeto.

D. Tratar todas as informações a que tenha acesso por força deste contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita, ou permitir o acesso a qualquer terceiro, durante e após a vigência deste contrato.

E. Informar a contratante a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato, prestando os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos, dentre outras informações relevantes ao bom andamento do contrato.

F. As partes assumem que são expressamente contrárias à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do contratante e da contratada.

G. A contratada, por si e por seus colaboradores, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados, além das demais normas e políticas de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados por parte da contratada, clientes e de terceiros, bem como estabelecer no instrumento contratual, cláusulas específicas referente a legislação vigente sobre proteção de dados.

CLÁUSULA QUARTA – O PRAZO DE VIGÊNCIA:

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.3. A prorrogação de que trata o item 4.1 acima está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – LOCAL DE EXECUÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS:

5.1. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço abaixo, conforme solicitação da secretaria.

A. Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura. Situado na Avenida Miguel Komarchewski, 900, centro de Campo do Tenente -PR. Tel: (41) 3628- segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00

5.2. Os produtos serão recebidos pelo fiscal de contrato, ou servidor indicado por este, que, depois de verificado o atendimento a todas as exigências e condições, conforme termo de referência ([anexo i.ii](#)) do edital, atestará a nota fiscal dando assim seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o recebimento das respectivas mercadorias, conferência dos recibos, emissão da nota fiscal ou fatura aceitas pelo fiscal de contrato, acompanhada dos documentos conforme este edital sendo através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contracorrente indicados pelo contratado.

6.2. as faturas que apresentarem incorreção serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.

6.3. A contratada fará requerimento solicitando o pagamento, apensando à nota fiscal/fatura os seguintes documentos:

6.4. Recibos assinados pelos recebedores dos produtos, com o local de entrega e data;

6.5. Certidão negativa de débitos para com a fazenda pública federal, estadual e municipal da sede da empresa, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, de forma que venha ser elidida a responsabilidade solidária desta municipalidade sob pena do não pagamento devido.

6.6. Os valores das notas fiscais estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias na forma da lei;

6.7. O pagamento se dará por depósito bancário, devendo para isto a contratada apor à nota fiscal o número da contracorrente, agência e banco.

6.8. **A detentora da ata registro de preços ou a contratada deverá fornecer número de agência e conta junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, para receber os pagamentos devidos. Caso seja informado número de agência e conta junto a outros bancos será descontado do total a ser pago o valor referente a tarifa de transferência de valores.**

6.9. Ultrapassados os 30 dias previstos no item 60.0, o valor a ser pago deve ser atualizado desde a data do

inadimplemento até a data do efetivo pagamento pelo índice ipca e juros de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, sobre o valor da ordem ou requisição de compra, limitado a 10% (dez por cento) do mesmo valor.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. a detentora da ata ou a contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.2. Efetuar a entrega do /serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes quando couber (marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade);
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto/serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (lei nº 8.078, de 1990);
- 7.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta ata de registro de preço ou neste contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.8. Custear as despesas com execução do serviço ou entrega do produto;
- 7.9. Possuir instalações, aparelhamento técnico e pessoal devidamente treinado, adequados e disponíveis para o atendimento do objeto desta licitação;
- 7.10. Encaminhar ao fiscal de contrato, a nota fiscal, acompanhado de os recibos assinados pelos recebedores dos produtos no local de entrega. O qual fará a verificação destes documentos de acordo com a solicitação realizada, e caso de acordo, encaminhará a mesma para o setor de empenho para o trâmite de pagamento;
- 7.11. Os fornecimentos dos produtos serão iniciados pela vencedora do certame, somente após a assinatura do respectivo contrato e da emissão da respectiva nota de empenho;
- 7.12. Caberá a contratada responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, direta ou indireta, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 7.13. A detentora da ata ou a contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, em qualquer local que estejam prestando os serviços/ objeto desta licitação, devendo adotar as providências que a respeito exigir a legislação em vigor.
- 7.14. A contratada deverá solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a entrega do objeto desta licitação, mesmo que para isso tenha que utilizar outra solução para resolver os problemas, esta solução deve ser aprovada pela fiscalização do município de campo do tenente.
- 7.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da administração.
- 7.16. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada e fornecimento de material/serviço, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança de trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais; tributários; previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente.
- 7.17. Custos relativos a deslocamentos, para transporte dos produtos, correrão por conta da contratada, bem como funcionários, que também serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à contratante.
- 7.18. Qualquer anormalidade a contratada deverá comunicar expressamente à fiscalização do contrato, a quem competirá deliberar a respeito, situações anômalas durante a execução do objeto.
- 7.19. Prestar à fiscalização, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos produtos a serem entregues, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.
- 7.20. A empresa contratada assumirá integral responsabilidade por extravios ou danos sofridos no transporte, durante a entrega do objeto/serviço lícitado.
- 7.21. Deverá prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.
- 7.22. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à administração e/ou terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o município de toda e qualquer

responsabilidade.

7.23. A contratada responsabiliza-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o setor cadastral do município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCE-PR.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 8.6. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.7. Encaminhar a nota de empenho, devidamente preenchido à empresa;
- 8.8. Indicar fiscal de contrato para acompanhar e conferir a execução do objeto de contratação, conforme descrito neste edital;
- 8.9. Agendar reunião entre representante da (s) empresa (s) e fiscais de contrato;
- 8.10. Auxiliar empresa (s) na elaboração de “modelo de recibo”;
- 8.11. Proceder aos pagamentos devidos à contratada respeitando os prazos, observadas as exigências legais e as constantes em edital;
- 8.12. Fiscalizar, orientar, acompanhar e atestar o recebimento do produto pelo contratante.
- 8.13. Esclarecer qualquer dúvida sobre a execução da ata de registro de preço ou do contrato solicitada pela empresa;
- 8.14. Respeitar o prazo de pagamento conforme previsto em edital.
- 8.15. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os objeto/serviços da licitação através de preposto devidamente designado, na forma prevista na lei federal nº 14/ 133/2021.
- 8.16. Supervisionar a entrega dos produtos nos locais e horários estipulados, e comunicar à contratada as irregularidades observadas na sua execução.
- 8.17. Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento dos produtos;
- 8.18. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviço que a contratada entregar fora das especificações do termo de referência, e aplicar à contratada as penalidades, quando for o caso.
- 8.19. Manter o fornecedor sempre informado de qualquer mudança no projeto

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na loa 2023.

07 - Secretaria De Obras, Rodoviário E Infraestrutura

07.001 - Secretaria De Obras, Rodoviário E Infraestrutura

15.451.0007.2025 - Manutenção Do Departamento De Obras E Serviços Urbanos, Rodoviário E
Manutenção Da Frota Municipal

3.3.90.39.00.00 –Outros Serv. Pessoa Jurídica

Fonte 00000 – Recursos Municipais

Fonte 00501 – Recursos Municipais

Fonte 00504 – Recursos Municipais

Fonte 00507 – Recursos Municipais

Fonte 00510 – Recursos Municipais

Fonte 00511 – Recursos Municipais

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DECIMA – PENALIDADES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.5. Não celebrar a ata de registro de preços ou o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.6. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 10.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.8.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.8.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8.4. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º](#) da lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.2.6. Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.3. Com fulcro na [lei nº 14.133, de 2021](#), a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.3.1. Advertência;
- 10.3.2. Multa;
- 10.3.3. Impedimento de licitar e contratar, e;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3.5. Na aplicação das sanções serão considerados
- I. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a administração pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações

administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º](#), da lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores efetivos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE (ART. 92, V).

11.0. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da lei 14.133/2021.

11.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ipca – índice nacional de preços ao consumidor amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. no caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.4. nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.6. na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. o reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve seus custos, nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de

disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da lei nº 14.133, de 2021.

12.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

12.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado

14.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado, bem como não aceitar manter seu preço registrado, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do decreto federal 11.462/23;

14.1.4. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração sem justificativa razoável; ou

14.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos iii ou iv do caput do art. 156 da lei nº 14.133, de 2021.

14.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos iii ou iv do caput do art. 156 da lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.1 será formalizado por despacho do órgão

gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas, conforme disposto nos arts. 28 e 29 do decreto federal 11.462/23:

14.4.1. Por razão de interesse público;

14.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

14.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.0 a ata de registro de preços ou contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.1 se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.

16.2 quando a não conclusão dos serviços referidos no item anterior decorrer de culpa do contratado:

16.2.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a administração optar pela extinção da ata de registro de preços ou contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução dos serviços.

16.3 a ata de registro de preços ou contrato pode ser extinta antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

16.4 a extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da ata de registro de preços ou contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

16.5 caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata o item 11.5, ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção da ata de registro de preços ou contrato ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

16.6 a ata de registro de preços ou contrato pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.6.1 nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos](#) 138 e 139 da mesma lei.

16.6.2 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir os serviços.

16.6.3 se a operação implicar mudança da pessoa jurídica detentora da ata de registro de preços ou da contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.7 o termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.8 balanço dos eventos registrados já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.8.1 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.8.2 indenizações e multas.

16.9 a extinção da ata de registro de preços ou do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da lei nº 14.133, de 2021](#)).



16.10 a contratada/detentora deverá manter, enquanto vigorar o contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº. Xx/2024.**

16.11 fazem parte integrante desta ata de registro de preços ou deste contrato, aplicando-se todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Eletrônico nº. xx/2024**, a nota de empenho com os termos aditados e a proposta detentora da ata ou a contratada, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

16..12 a fiscalização da presente ata de registro de preços será de responsabilidade:

I gestor – éverson júnior da silva de ávila.

li – fiscal – valdir mazur.

12.13 as questões oriundas deste contrato/ata de registro de preço e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no foro da comarca de rio negro - paraná, esgotadas as vias administrativas.

Contratante

Contratada

Nome:

Rg: cargo:

Testemunhas:

ANEXO XI - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

Natureza do licitante (pessoa física ou jurídica)			
Razão social:			
Ramo de atividade:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade:		Uf:	
Cep:		Cnpj:	
Telefone comercial:		Inscrição estadual:	
Representante legal:		Rg:	
E-mail:		Cpf:	
Telefone celular:			
Whatsapp:			
Resp. Financeiro:			
E-mail financeiro:		Telefone:	
E-mail para informativo de edital			
Me/epp: () sim () não			

1.0 Por meio do presente termo, o licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao regulamento do sistema de pregão eletrônico da bll - bolsa de licitações e leilões do brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

1.0 São responsabilidades do licitante:

I - tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

I - observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

II - observar a legislação pertinente, bem como o disposto no estatuto social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela bll - bolsa de licitações e leilões do brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

III - designar pessoa responsável para operar o sistema eletrônico de licitações, conforme anexo x - i

IV - pagar as taxas pela utilização do sistema eletrônico de licitações.

3.0 O licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no regulamento do sistema eletrônico de licitações da bll - bolsa de licitações e leilões do brasil.

3.0 O licitante autoriza a bll – bolsa de licitações e leilões do brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no regulamento sistema eletrônico de licitações da bll - bolsa de licitações e leilões do brasil.

3.0 O presente termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

4.0 O licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do sistema, devendo, ainda, informar a bll - bolsa de licitações e leilões do brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data

Nome da empresa representante legal

Observação: obrigatório reconhecer firma (em cartório) das assinaturas e anexar copia do contrato social e ultimas alterações e/ou breve relato e/ou contrato consolidado (autenticadas).

ADENDO – I-TERMO DE DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA OPERAR O SISTEMA “BLL”:

Razão social do licitante:			
Cnpj/cpf:			
Operadores			
01	Nome:		
	Cpf:		Função:
	Telefone:		Celular:
	Fax:		E-mail:
	Whatsapp:		
02	Nome:		
	Cpf:		Função:
	Telefone:		Celular:
	Fax:		E-mail:
	Whatsapp:		
03	Nome:		
	Cpf:		Função:
	Telefone:		Celular:
	Fax:		E-mail:
	Whatsapp:		

O licitante reconhece que:

I – a senha e a chave eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à bll – bolsa de licitações e leilões do brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

I – o cancelamento de senha ou de chave eletrônica poderá ser feito pela bll – bolsa de licitações e leilões do brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do licitante;

II – a perda de senha ou de chave eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à bll – bolsa de licitações e leilões do brasil para o necessário bloqueio de acesso;

III – o licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da bll – bolsa de licitações e leilões do brasil, no serviço de proteção de credito e no serasa e ao automático cancelamento de sua senha ou de chave eletrônica.

Local e data.

Nome da empresa representante legal

ADENDO – II - TERMO DE ADESÃO DE PROMOTOR PRIVADO AO SISTEMA “BLL”:

Razão social:	
Cnpj:	Inscrição estadual:
Nome do responsável:	
Cargo do responsável:	Tel. Do responsável:
Endereço da empresa:	
Bairro:	Cidade
Estado:	Cep:
Tel. Empresa:	E-mail

Por meio do presente termo, aderimos ao regulamento do sistema eletrônico de licitações da bolsa de licitações e leilões do Brasil, do qual temos pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

1. A bolsa de licitações e leilões manterá sistema eletrônico de negociação, acessível por meio da rede mundial de computadores – internet –, para apoio técnico-operacional na realização de negócios de aquisição e alienação de bens e de contratação de serviços, acessível por meio da rede mundial de computadores – internet –, para apoio técnico-operacional na realização de negócios de aquisição e alienação de bens e de contratação de serviços, por meio dos procedimentos de pregão eletrônico, pregão presencial em formato web, pregão eletrônico de compra direta e cotação eletrônica, dentre outras modalidades admitidas em lei, conduzidos pelos promotores das licitações, com o apoio técnico-operacional da bolsa, mediante a utilização de seu sistema.

2. A utilização do sistema eletrônico de licitações será realizada em conformidade com o regulamento do sistema eletrônico de licitações, que integra o presente termo de adesão, visando padronizar procedimentos e torná-los mais céleres e eficientes.

3. São responsabilidades do promotor:

i. Manter infraestrutura e controles necessários para garantir a celeridade, a eficiência e a lisura de procedimentos e das negociações;

ii. Assegurar a participação no sistema eletrônico de licitações apenas de usuários devidamente treinados e capacitados, visando o cumprimento da regulamentação e a regularidade nos procedimentos;

iii. Indicar os usuários responsáveis pela utilização do sistema eletrônico de licitações, conforme o anexo do presente termo de adesão;

iv. Divulgar a utilização do sistema eletrônico de licitações; e

vi. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos estatutos sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela bolsa de licitações e leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento.

4. O promotor deverá estimar o valor da compra a ser realizada com base no valor de mercado do bem ou serviço. Realizando-se a negociação e atingindo-se o valor estimado não poderá o promotor desistir do negócio, sob pena de arcar com a taxa de utilização do sistema incidente sobre a operação vencedora.

5. A taxa de utilização do sistema será de 1,5% sobre o valor da proposta vencedora.

6. O presente termo de adesão é firmado pelo prazo de 48 meses, podendo ser rescindido a qualquer momento, mediante notificação prévia e por escrito.

Local e data: ____

Empresa: _

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



ADENDO – III - INDICAÇÃO DE USUÁRIOS DO SISTEMA “BLL”

Promotor da licitação:		
Nome:		
Endereço:		
Cidade:	Uf	
Telefone:	Fax:	
Cnpj:	e-mail	
Responsável legal:		
Cargo:	Telefone:	
Responsável por informações sobre orçamentos / pagamentos		
Nome:		
Telefone:	Celular:	
E-mail:		
Usuários do sistema		
01	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
02	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
03	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
04	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
05	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

Local e data: ____

Empresa: _____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ADENDO – IV - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA “BLL” DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES.

Natureza do licitante (pessoa física ou jurídica)	
Nome: (razão social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	Uf
Cep:	Cnpj/cpf:
Inscrição estadual:	Rg
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Financeiro:	Telefone:
Ramo de atividade:	

1. Por meio do presente termo, o licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao regulamento do sistema eletrônico de pregões eletrônicos da bolsa de licitações e leilões do brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
1. São responsabilidades do licitante:
 - i. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos estatutos sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela bolsa de licitações e leilões do brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - iv. Designar pessoa responsável para operar o sistema eletrônico de licitações; e
 - v. Pagar a taxa pela utilização do sistema eletrônico de licitações.
2. O licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no regulamento sistema eletrônico de licitações da bolsa de licitações e leilões do brasil.
3. O licitante autoriza a bolsa de licitações e leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no regulamento sistema eletrônico de licitações da bolsa de licitações e leilões.
4. (cláusula facultativa – para caso de uso de célula de apoio (corretoras) o fornecedor/comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do código civil brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do sistema eletrônico de licitações da bolsa de licitações e leilões do brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
 - i. Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no edital;
 - ii. Apresentar lance de preço;
 - iii. Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
 - iv. Solicitar informações via sistema eletrônico;
 - v. Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
 - vi. Apresentar e retirar documentos;
 - vii. Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
 - viii. Assinar documentos relativos às propostas;
 - ix. Emitir e firmar o fechamento da operação; e
 - x. Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Célula de apoio (corretora):
Endereço:
Cnpj:

5. O presente termo de adesão é válido até ____ / ____ / ____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



ADENDO – V - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA “BLL” - (LICITANTE DIRETO) INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão social do licitante:		
Cnpj/cpf:		
Operadores		
01	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
02	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
03	Nome:	
	Cpf:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O licitante reconhece que:

- i. A senha e a chave eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de senha ou de chave eletrônica poderá ser feito pela bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do licitante;
- iii. A perda de senha ou de chave eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- iv. O licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e
- v. O não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da bolsa, no serviço de proteção de crédito e no Serasa e ao automático cancelamento de sua senha ou de chave eletrônica.

Local e data:

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ANEXO XII - REGULAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º. Para efeito deste regulamento, entende-se:

- I.** Bolsa: bolsa de licitações e leilões do Brasil, ou simplesmente bli;
- II.** Chave eletrônica: código de acesso ao sistema, fornecido pela bolsa;
- III.** Célula de apoio (corretora): empresa associada da bolsa designada por licitante para orientar e auxiliar em procedimentos, nas modalidades de pregão eletrônico; pregão presencial em formato web; pregão eletrônico de compra direta;
- IV.** Cotação eletrônica de preços: modalidade destinada à aquisição de bens e serviços de pequenos valores, quando promovida por órgão público, ou por qualquer valor, quando promovido por empresa da iniciativa privada.
- V.** Desconexão: interrupção de acesso ao sistema;
- VI.** Edital: documento expedido pela bolsa, por iniciativa do promotor da licitação, com a definição (i) do bem a ser adquirido ou alienado ou do serviço a ser contratado, conforme o caso; (ii) do local em que se está promovendo a licitação; (iii) do endereço eletrônico, da data e do horário da licitação; (iv) das exigências de habilitação; (v) dos critérios de aceitação de propostas; (vi) das sanções aplicáveis na hipótese de inadimplência; e (vii) das demais condições de aquisição ou alienação de bens ou contratação de serviços;
- VII.** Habilitação: etapa de verificação do atendimento, pelos participantes, dos requisitos instituídos no edital para participação no certame;
- VIII.** Homologação: confirmação da operação com o licitante vencedor;
- IX.** Lance(s): preço ou proposta de preço registrada no sistema, contra uma oferta de negociação;
- X.** Licitação: conjunto de procedimentos administrativos, onde a administração pública direta ou indireta seleciona proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. São modalidades de licitação: pregão, na forma presencial ou eletrônico, convite, tomada de preços, concorrência e concurso;
- XI.** Licitação privada: licitação promovida e coordenada por empresas privadas;
- XII.** Licitação pública: licitação promovida e coordenada por órgãos e entidade da administração pública, direta e indireta;
- XIII.** Licitante: pessoa física ou jurídica que participa de um pregão eletrônico realizado pelo promotor da licitação, com a finalidade de atender a oferta de negociação apresentada;
- XIV.** Licitante direto: licitante credenciado para operar diretamente no sistema, por meio do oferecimento de propostas e lances, sem a interveniência de uma célula de apoio (corretora);
- XV.** Lote: pode ocorrer o agrupamento de diversos itens que formarão o lote ou pode ocorrer a inclusão de apenas um item.
- XVI.** Lote adjudicado: entende-se por lote adjudicado, todo edital para cujo objeto for apresentada definição de compra.
- XVII.** Oferta de negociação: proposta registrada no sistema da bolsa pelo promotor, em sessão de pregão público, visando à aquisição ou a alienação de bens e ou a contratação de serviços, nas condições especificadas em edital;
- XVIII.** Operador: representante do licitante ou da célula de apoio (corretora) por ele designado capacitado para operar diretamente no sistema;
- XIX.** Pregão eletrônico: modalidade de negociação, por meio eletrônico, para a aquisição de bens e a contratação de serviços;
- XVIII.** Pregoeiro: operador do sistema, representante do promotor e responsável pela condução do pregão eletrônico, pregão presencial em formato web, pregão eletrônico de compra direta e cotação eletrônica de preços;
- r)** Promotor: quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, bem como os órgãos e as entidades da administração pública, direta ou indireta, interessados em adquirir ou alienar bens ou, ainda contratar serviços de terceiros, por intermédio do sistema;
- s)** Senha: código alfanumérico utilizado pelos usuários para acesso ao sistema, de natureza pessoal e intransferível;
- t)** Sistema: sistema eletrônico de licitações da bolsa, dotado de recursos de criptografia e autenticação, de acesso exclusivo e restrito aos promotores da licitação e aos operadores representantes dos licitantes.

CAPÍTULO II – DO OBJETIVO

Art. 2º. O presente regulamento estabelece normas e procedimentos para a realização de negócios de compra de bens e de contratação de serviços, por meio dos procedimentos de pregão eletrônico, pregão presencial em formato web, pregão eletrônico de compra direta e cotação eletrônica, dentre outras modalidades admitidas em lei, conduzidos pelos promotores das licitações, com o apoio técnico-operacional da bolsa, mediante a utilização de seu sistema.

Art. 3º. A bolsa de licitações e leilões do Brasil tem por objetivo:

- I. Permitir a adequada e eficiente formação de preços, assim como registro de negócios realizados por meio de sistema eletrônico de negociação;
- I. Assegurar a transparência das ofertas e negócios, disponibilizando acesso às negociações e seus registros;
- II. Fiscalizar o cumprimento das disposições normativas que disciplinam os serviços ofertados pela bolsa.

CAPÍTULO III – DO SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO ELETRÔNICO

Art. 4º.o apoio técnico-operacional a que se refere o artigo 2º será prestado pela bolsa por intermédio do sistema, em conformidade com as disposições deste regulamento.

Art. 5º.o sistema é operado via internet, permitindo aos interessados acompanhar os certames em tempo real, fazer consultas a editais e a resultados de negócios realizados, estando disponível por meio do endereço eletrônico da bolsa (www.bll.org.br).

Art. 6º. A licitação eletrônica (pregão eletrônico, pregão presencial em formato web, pregão eletrônico de compra direta e cotação eletrônica) são realizados em sessão pública e conduzidos pelo promotor da oferta de negociação.

Parágrafo único. Quando o promotor for empresa privada, será facultada a realização de sessão de acesso restrito.

Art. 7º. O promotor deverá aderir expressamente às disposições deste regulamento por meio de termo de adesão, conforme modelo anexo (iniciativa privada).

Art. 8º. Após a assinatura do termo de adesão pelo promotor, seus representantes (o pregoeiro, e as respectivas equipes de apoio) serão credenciados para ter acesso ao sistema, mediante a atribuição de chaves eletrônicas e senhas.

CAPÍTULO IV – DO PROMOTOR

Art. 9º. A condução do certame é atribuição exclusiva do promotor, a quem compete nomear, mediante termo de adesão próprio, seu representante, para atuar como pregoeiro, conforme o caso.

Art. 10º.o chamamento de interessados para participar em pregão e cotação de preços caberá ao promotor e será feito por meio de publicação de edital divulgado no sistema.

§1º. Da publicação referida neste artigo deverão constar também:

- I. O endereço eletrônico da bolsa (www.bll.org.br);
- I. A data e o horário para encaminhamento das propostas de preços e lances; e
- II. Descrição do objeto do pregão e cotação.

§ 2º.as referências de tempo nas publicações relativas aos procedimentos previstos neste regulamento observarão o horário de Brasília, df.

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, conforme o caso, (i) decidir a aceitação e a classificação final das propostas e dos lances de preços, indicando o licitante vencedor; e (ii) expedir relatório de fechamento, que será divulgado por meio eletrônico no sistema.

Parágrafo único. Além do relatório de fechamento, o sistema expedirá ata da sessão contendo a descrição do pregão e dos eventos neles ocorridos.

Art. 12.nas licitações realizadas por órgãos públicos a administração estará isenta do pagamento de qualquer taxa, inclusive, com relação aos treinamentos, suporte presencial quando solicitado e suporte on-line em tempo real.

CAPÍTULO V – DO LICITANTE

Art. 13. O credenciamento do licitante deverá ser requerido perante a bolsa, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes do fim do recebimento de propostas.

§ 1º. Para fins de credenciamento, o licitante deverá declarar conhecimento e atendimento às exigências previstas nos editais das licitações de que vier a participar, devendo igualmente estar representado por pessoa munida de poderes suficientes para a prática dos atos necessários para sua participação no certame.

§ 2º. O pedido de credenciamento de licitante deverá ser feito mediante a apresentação de termo de adesão ao presente regulamento, conforme modelo constante do anexo deste regulamento, devidamente assinado e com firma reconhecida por verdadeiro em cartório.

§ 3º. No pedido de credenciamento, o licitante poderá designar uma célula de apoio (corretora) para representá-lo.

§ 4º. O cadastro do licitante para uso direto do sistema é válido por 12 (doze) meses, devendo, nesse prazo, qualquer alteração ser realizada pelo mesmo cadastrante.

Art. 14. O credenciamento de licitantes perante a bolsa implicará sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica e operacional para a realização das transações realizadas no sistema.

§ 1º.o licitante deverá declarar-se em condições de realizar os negócios propostos nas ofertas de negociação, conforme previstas nos editais, não podendo, em nenhum momento de sua participação, alegar desconhecer as disposições dos editais ou delas discordar.

§ 2º. O licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.

§ 3º. Os licitantes respondem pela veracidade e pela exatidão das especificações dos bens e dos serviços ofertados, sendo responsáveis por quaisquer danos decorrentes da desconformidade do bem ou do serviço ofertado com as especificações contidas no edital, inclusive pelos prejuízos causados à bolsa e/ou a terceiros envolvidos.

§ 4º. Caberá aos licitantes observar e cumprir a legislação aplicável aos negócios realizados.

§ 5º. Os licitantes estão sujeitos ao pagamento de taxas e emolumentos para utilização do sistema eletrônico de licitações, conforme regulamento, observando-se as finalidades previstas no estatuto da bolsa.

CAPÍTULO VI – DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 15. A chave eletrônica e a senha de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido.

§ 1º. O cancelamento de senha ou de chave poderá ser feito pela bolsa e por solicitação escrita de seu titular.

§ 2º. A perda de senha ou de chave eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à bolsa, por escrito, para o necessário bloqueio de acesso.

§ 3º. A validação da chave eletrônica e da senha de acesso do licitante dependerá de prévia autorização da bolsa.

§ 4º. O licitante poderá obter chave eletrônica e senha para acesso ao sistema § 5º. além da chave eletrônica, quando previsto em edital, os participantes deverão possuir certificação digital, com CNPJ ou CPE devidamente registrados, atendendo as regras do ICP – Brasil (infraestrutura de chaves públicas brasileira) – alteração incluída em 30/07/2010.

CAPÍTULO VII – DA ETAPA COMPETITIVA DE PREÇOS

Art. 16. A etapa competitiva da licitação terá início e se desenvolverá em conformidade com as disposições constantes do edital.

Art. 17. Durante o certame, os operadores serão informados, em tempo real, do menor lance de preço registrado, sendo vedada a identificação de seu proponente, salvo expressa disposição em contrário prevista em edital.

Art. 18. O operador representante do licitante ou da célula de apoio (corretora) por ele designada poderá realizar novos lances de preços, observados o horário e as regras de aceitação fixadas pelo promotor.

Art. 19. O edital disporá sobre as condições para registro de lances no sistema.

Parágrafo único. Caberá ao pregoeiro permitir ou não a correção dos lances. Contudo, por questões de segurança, para evitar tumulto, ou qualquer tipo de conluio em sessões, será admitida apenas a correção do último lance enviado pelo licitante, devendo o mesmo tomar os devidos cuidados no envio dos lances.

Capítulo VIII – da contratação e liquidação dos negócios e das garantias

Art. 20. O documento comprobatório da operação realizada em conformidade com o disposto neste regulamento, expedido pelo sistema de bolsa, faz prova de relação jurídica contratual entre o promotor da oferta de negociação e o vencedor do pregão, conforme o caso, obedecidas às condições estabelecidas no edital.

Art. 21. A liquidação da operação se dará nas condições previstas no edital, não cabendo à bolsa, em nenhuma hipótese, responsabilidade, a qualquer título, pela execução das obrigações decorrentes dos negócios celebrados por intermédio do sistema.

CAPÍTULO IX – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 22. Caberá aos licitantes acompanhar o desenvolvimento dos certames de que participarem, sendo de sua inteira responsabilidade a eventual perda de negócio que decorrer da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de desconexões que ocorrerem durante a realização dos certames.

Art. 23. O licitante e as células de apoio (corretoras) são responsáveis pelo uso indevido de suas senhas de acesso ao sistema e pelas transações efetuadas diretamente por seus operadores ou por terceiros.

Art. 24. A bolsa não será responsável, em nenhuma hipótese, pelas obrigações assumidas pelos licitantes e pelos promotores, em decorrência de contratos de aquisição, alienação de bens e de prestação de serviços celebrados mediante a utilização do sistema.

Art. 25. A perda do negócio em razão de desconexão, falha ou lentidão na conexão, erro no sistema ou erro de pregoeiro, não implicará responsabilidade da bolsa.

Art. 26. São responsabilidades do promotor de licitação:

I. Utilizar o sistema exclusivamente para a realização de licitações na forma prevista neste regulamento e observar as disposições legais vigentes para a realização dos procedimentos da licitação;

I. Responsabilizar-se, por si e por seus representantes, nomeados no termo de adesão, conforme modelo anexo do edital, pelo correto uso do sistema e por todas as transações eletrônicas efetuadas por seu intermédio;

II. Dar início, conduzir e encerrar a licitação, bem como homologar seu resultado;

III. Prestar à bolsa, sempre que solicitado, informações sobre os pagamentos aos fornecedores, relativas às licitações realizadas nas modalidades de pregão eletrônico, pregão presencial em formato web, pregão de compra direta e cotação eletrônica de preços.

Art. 27. a célula de apoio (corretora), bolsa, ou agente credenciador responsável pelo cadastro deverá prestar o apoio operacional necessário ao licitante para o correto uso do sistema.

CAPÍTULO X – DAS PENALIDADES

Art. 28. A prestação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de credenciamento para participação nos procedimentos de que trata este regulamento sujeitará o licitante às sanções previstas no edital.

Art. 29. Sem prejuízo do disposto nos estatutos sociais da bolsa, as células de apoio (corretoras) e fornecedores estarão sujeitos às penalidades de advertência, multa pecuniária ou suspensão, a serem aplicadas pela administração da bolsa, além de responder criminalmente nos seguintes casos:

I. Não-apresentação ou apresentação intempestiva da documentação exigida neste regulamento e/ou nos editais;

I. Apresentação de declaração falsa ou não-condizente com a real situação dos licitantes; e

II. Uso indevido da chave de identificação e da senha, inclusive por terceiros.

Art. 30. Sem prejuízo do disposto no artigo 28 a bolsa poderá inscrever em bancos de dados administrados por entidades prestadoras de serviços de informações e de proteção ao crédito (serasa, spc e outros) os nomes dos promotores e/ou dos licitantes que estiverem em débito com a bolsa, em razão da falta de pagamento das taxas cobradas pela utilização do sistema eletrônico de licitações.

§1º. Antes da inscrição do devedor em sistema ou serviços de informações e proteção ao crédito, a bolsa fará comunicação ao devedor por meio de e-mail, informando o valor da dívida e sua origem, concedendo prazo de 10 (dez) dias para pagamento.

§2º. Não havendo quitação do débito no prazo indicado no parágrafo anterior, será feita a inscrição do devedor nos bancos de dados que trata o “caput” deste artigo.

Art. 31. Os promotores poderão prever em seus editais a impossibilidade de participação dos fornecedores que estiverem sob punições na administração pública e ou iniciativa privada, assim como estiverem cadastrados em órgãos de proteção ao crédito, ou ainda com qualquer inadimplência perante a bolsa.

CAPÍTULO XI - DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 32. A utilização do sistema por órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, observará as normas para licitações e contratos da administração pública, que prevalecerão sobre quaisquer disposições em contrário.

Art. 33. A bolsa poderá modificar o presente regulamento mediante publicação de aviso em sua página na internet e comunicação dos órgãos cadastrados mediante o e-mail informado ao cadastro da bolsa.

Art.34. Fica instituído o juízo de arbitragem, de acordo com a lei 9.307/96 e com o regulamento de arbitragem – câmara de mediação e arbitragem da associação comercial do paraná (arbitac) – para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste regulamento.

Parágrafo único: ao cumprimento da sentença judicial, fica eleito o foro da comarca da região metropolitana de Curitiba pr., com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 10 de novembro de 2014.

A administração da bolsa de licitações e leilões do Brasil.

ANEXO XIII – CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

(somente para o fornecedor vencedor)

Pregões eletrônicos, pregões presenciais em formato web; pregões eletrônicos de compra direta, cotação eletrônica de preços:

Não optantes pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da bolsa de licitações e leilões do Brasil.

Optantes pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da bolsa de licitações e leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (spc/ serasa e outro) e cadastro dos inadimplentes da bolsa e ao automático cancelamento de sua senha ou de chave eletrônica.



Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado. Da utilização de células de apoio (corretoras) associadas

A livre contratação de sociedades células de apoio (corretoras) para a representação junto no sistema de pregões, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da bll. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

Custo pela utilização do sistema – empresas privadas - (somente para o fornecedor vencedor)

- Pregões eletrônicos, pregões em formato web ou cotações eletrônicas:
- 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da adjudicação do lote, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da bolsa de licitações e leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ Serasa e outros) e cadastro dos inadimplentes da bolsa e ao automático cancelamento de sua senha ou de chave eletrônica.

Da utilização de células de apoio (corretoras associadas)

- A livre contratação de sociedades células de apoio (corretoras) para a representação junto no sistema de pregões, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da bll. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

Das responsabilidades como licitante/fornecedor

- Como licitante/fornecedor, concordamos e anuímos com todos os termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data:

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ANEXO XIV- RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS

Aos

Ilustríssimos senhores fornecedores da prefeitura municipal de campo do tenente

Assunto: processo de pagamento. Documentação exigida. Prezados senhores,

No intuito de imprimir maior agilidade aos processos de liquidação e pagamentos das despesas decorrentes das obrigações contraídas pelo município de campo do tenente junto aos seus diversos fornecedores, traz - se ao conhecimento de vossas senhorias os procedimentos e a documentação que passará a ser exigida em atendimento às normativas legais aplicáveis à espécie, conforme tópicos a seguir:

1.1. Normas/documentos exigíveis em todos os processos de liquidação e pagamento

1.2. Independentemente da natureza do objeto contratado (e, portanto, para todo e qualquer processo de pagamento), os fornecedores, acompanhado de nota fiscal/fatura, deverão instruir o pedido de pagamento com os seguintes documentos:

- a) Cópia (simples) da nota de empenho;
- b) Via original da nota fiscal (devendo fazer menção expressa ao nº do empenho, bem como às retenções tributárias cabíveis), assinada pelo fiscal de contrato e/ou secretário da pasta responsável pela contratação e fiscalização da prestação;
- c) Certidão negativa de tributos municipais (sede da empresa);
- d) Certidão negativa de tributos municipais (município sede da empresa);
- e) Certidão negativa de tributos estaduais (estado sede da empresa);
- f) Certidão negativa de tributos federais;
- g) Certidão negativa de inss;
- h) Certificado de regularidade de fgts;
- i) Cópia do extrato de "optante" ou não optante" pelo simples nacional.

2.1. Normas/documentos exigíveis em relação à peculiaridade de cada objeto

2.2. Prestação de serviços sem cessão de mão de obra

a) Todos os documentos relacionados no item "1.1" desta relação;

2.1.1 para as espécies não previstas no item "2.1" e respectivos subitens, os documentos relacionados nesse tópico (item "1.1") são suficientes para os processos de liquidação da despesa e pagamento.

Cópia do comprovante de recolhimento de iss no município da sede da empresa, em relação ao valor apresentado na nota fiscal, nas hipóteses de serviços em que o recolhimento não seja devido no município de campo do tenente;

a) Cópia do comprovante de recolhimento de inss relativo à nota fiscal, nas hipóteses de incidência;

b) Declaração do sócio ou representante legal da empresa de que não houve cessão de mão de obra à prefeitura municipal na prestação dos serviços.

2.3. Serviços com cessão de mão de obra

a) Todos os documentos relacionados no item "1.1" e no subitem "2.1", salvo declaração do sócio ou representante legal da empresa de que não houve cessão de mão de obra à prefeitura municipal na prestação dos serviços;

a) Relação dos funcionários disponibilizados ao município de campo do tenente para a execução do objeto, assinada pela empresa e pelo fiscal de contrato, individualizando o exato local da prestação e os números de identidade civil e cpf/mf de cada um dos empregados;

b) Cópia dos holerites de todos os funcionários relacionados, relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

c) Extrato/resumo da folha de pagamento dos funcionários da empresa relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

d) Comprovante de recolhimento do inss dos funcionários (guia gps) relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

e) Comprovante de recolhimento do fgts dos funcionários (grf) relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

f) Sistema empresa de recolhimento do fgts e informações à previdência social (sefip) somente com a relação dos trabalhadores atuantes na execução do objeto a que se refere o contrato.

2.4. Obras e serviços de engenharia sem cessão de mão de obra

a) Todos os documentos exigidos no item "1.1" e no subitem "2.1";

- a) Cópia do comprovante de recolhimento/pagamento da anotação de responsabilidade técnica (art) em nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução da obra ou consulta;
 - b) Relatório de medição e memorial descritivo da obra assinado pelo(s) profissional(is) responsável(is) e pelo fiscal de contrato.
- 2.5.** Obras e serviços de engenharia com cessão de mão de obra
- a) Todos os documentos relacionados no item “1”, no subitem “2.2”, salvo declaração do sócio ou representante legal da empresa de que não houve cessão de mão de obra à prefeitura municipal na prestação dos serviços;
 - a) Laudo de medição da obra assinado pelo engenheiro responsável e pelo fiscal de contrato, contendo as medições de forma individualizada e especificada;
 - b) Cópia do alvará de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos termos da legislação municipal;
 - c) Matrícula cei da obra;
 - d) Certidão negativa do INSS relativa à conclusão da obra (nas hipóteses de o pagamento fazer referência à medição final);
 - e) Cópia do certificado de vistoria e conclusão da obra (CVCO), expedido na forma da legislação municipal (nas hipóteses de o pagamento fazer referência à medição final).
- c.a)** Terceirização/subcontratação
- c.b)** Nas hipóteses em que o edital previu e a administração aceitou expressamente a terceirização de parte da execução da prestação contratada, todos os documentos relacionados nos itens “1.1” e “2.1” e seus respectivos subitens devem, também, ser apresentados em relação à empresa subcontratada, observadas as peculiaridades de cada um dos objetos.
- 1.1.** Da entrega dos documentos
- 1.2.** Os documentos relativos a cada um dos pagamentos deverão ser entregues pela empresa contratada diretamente ao fiscal de contrato a quem competirá a abertura dos respectivos processos administrativos e seu encaminhamento.
- 1.3.** Alerta-se que a omissão ou incorreção de qualquer dos documentos relacionados nesta missiva poderá implicar na retenção dos pagamentos.